

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 7 de maio

A ilha da Madeira pronunciou-se a favor da causa constitucional. A *Flôr do Oceano* não podia ficar indifferente n'esta lucta de sangue, não podia deixar de correr a quinhoar do seu contingente de gloria na restauração das liberdades patrias.

O vapor inglez *Dwarka* trouxe-nos esta agradável noticia, que o governo occultou, chegando a sua impudencia a ponto de declarar no *serviço de marinha* que o mesmo vapor vinha de Liverpool em 22 dias de viagem, quando vinha da Madeira em quatro, como se acha notado no livro da praça.

Um governo que assim começa por falsear os documentos officiaes nunca merecerá respeito, e só obterá o desprezo do paiz. Esta quebra de fé desvirtuará os seus actos mais sinceros, será um germe de desconfiança permanente, e matará esse governo que nasceu decrepito, e que virgem para todo o sentimento cavalheiroso, para toda a virtude politica, é já callejado na traficancia e nos crimes contra a moralidade publica.

A corveta *Oito de Julho* deixou o serviço do governo, e arvorou a bandeira nacional da junta do Porto; o *Royal Tar* foi tomado pela nossa marinha; o vapor *Porto* está ha muito ao nosso serviço: temos aprisionados muitas embarcações de guerra pequenas; a náu *Vasco da Gama* e a corveta *Iris* que eram os tubarões destinados para engolirem as forças maritimas liberaes, acabam de entrar a barra, de sorte que a junta do Porto está inteiramente senhoras dos mares.

Diz-se que o commandaute da náu officiára ao ministro respectivo dizendo que não respondia pela fidelidade da guarnição. Acreditamos isto; mas tambem acreditamos que a resolução foi tomada pelo receio de serem aprisionados aquelles dois vasos pela esquádra do Salter.

Se no mar somos quasi os exclusivos domi-

nadores, na terra não é menor nem menos seguro o nosso imperio. A capital acha-se sobre um vulcão; as tropas sempre em armas; a artilharia no Castello com murrões accesos, e o espirito liberal é tão forte tão pronunciado, que, se dermos credito aos boletins cabralistas, nos acontecimentos de 29 de abril tomaram parte muitos cabos de policia, e os agentes mais qualificados do governo.

Nas provincias o espirito liberal ainda se desenvolve com mais força e maior entusiasmo. O Algarve, Evora, Portalegre, Beja, Setubal na Estremadura, muitas povoações nas duas Beiras, Vianna, Braga, Villa Real e toda a provincia de Traz-os-Montes, Porto, ambas as margens do Douro, tudo isto sauda a bandeira constitucional da junta, e esses povos opprimidos pelo despotismo da côrte levantam as mãos para o Ceu, e pedem a Deus o momento da sua libertação.

Saldanha partíra com uma brilhante divisão para conquistar o Porto, que avisára os estrangeiros do seu intuito, que marcára o praso em que devia começar as suas operações, que ordenára bloqueios, publicára amnistias, fuzilára cidadãos, e commettera todos os excessos, pára e não ousa atacar: o seu exercito não cresce apesar dos centenares de recrutas que se lhe mandam, a área do seu dominio cada vez se torna mais pequena, não expede um correio que lhe não seja apanhado, não derrota uma guerrilha quo não reappareça mais forte mais vigorosa; Casal perde o Minho e Traz-os-Montes, e os atacantes já se julgam felizes em resistir n'este ou n'aquelle ponto á revolução triunfante.

No Sul mandam-se generaes e columnas umas atraz das outras para aniquilarem uns poucos de populares a quem dão o nome de guerrilhas e essas columnas sempre atacantes, sempre vencedoras e bem municiaadas, bem providas, ou acham alli a sua sepultura ou fogem para Lisboa para rocomeçarem as, suas operações sem-

pre debaixo de novo chefe como se este podesse ganhar uma causa perdida, ou lutar contra uma torrente impetuosa de patriotismo que leva diante de si todos esses carrascos agaloados. As tropas da côrte soffrem o tormento de Sisypho, volvem o penedo até ao cimo da montanha, e quando pensam terminada a sua tarefa, o penedo desprende-se e rola até o fundo do valle. A causa popular é como a do Evangelho; triunfa no meio dos martyrios, brinca da furia dos Herodes, sorri da sentença dos Pilatos, e até não a prejudica a traição dos Judas. Essas pobres guerrilhas não fogem das cohortes dos Cesares, e o logar-tenente das provincias do Norte fica sem tomar parte nos seus estados.

Bradámos em tempo a essa côrte sybarita e corrupta, e ella não nos ouviu; chorámos, e ella mofou das nossas lagrimas. Julgando-se vencedora não fallava senão na severidade da lei, e essa lei era a sua vontade caprichosa. A costa d'África era a nossa patria, a presiganga a nossa mansão ordinaria. Não tínhamos com as potencias estrangeiras relações senão as da comunidade de principios, não tínhamos a nosso favor senão o direito e a justiça. Os nossos embaixadores, os nossos representantes era essa imprensa illustrada, flagello dos tyrannos; era a verdade, emanação de Deus, que penetra atravez de todos os obstaculos, e que cedo ou tarde vence.

Em quanto a côrte nos reputou fracos não consultou senão a sua soberania, que chegava aonde chegava o seu poder. As supplicas das victimas não a commoveram, as representações das potencias estrangeiras, que se eram a nosso favor foram dadas no interesse d'ella, desprezou-as. A prerogativa era tão ciosa e tão soberba que se julgou ferida com o direito de petição! Independencia, soberania, era a sua rasão d'estado, era o movel do seu proceder; ouvir a representação d'um ministro estrangeiro a nosso favor era admittir uma interferencia vergonhosa, a que se oppõe o novo principio de não-intervenção professado pela Europa desde 1830.

As scenas mudaram. A rainha, que se reputava ser a mulher forte do Evangelho, era uma Magdalena politica antes do seu arrependimento, e por isso não poudé pisar aos pés a cabeça do dragão. Ei-la ahí a requestar essa intervenção que desdenhara; ei-la ahí a estender o manto real para passarem por cima d'elle os ginetes de Castella; ei-la ahí a prometter metade da sua corôa á Inglaterra com tanto que a ajude a esmagar os cidadãos que não querem reconhecer o seu poder despotico.

Eis-ahi fica n'um quadro resumido o estado das nossas cousas — oppressão toda nacional; e quando queremos esmagar os oppressores; invocação á interferencia estranha!

Temos publicado a historia d'essa mediação. Chamamos-lhe mediação porque os estrangeiros teem pejo de lhe darem outro nome. A cor-

te pediu-a porque se conheceu fraca, e as condições d'ella seriam o nosso triunfo se fossem cumpridas com lealdade.

A côrte objectou que essas condições eram deshonoras para ella, e por fim subscreveu á deshonra! Seria arrependimento do mal que tem feito? Seria desejo de poupar sangue? Nem uma nem outra cousa — é hypocrisia, e essa hypocrisia revela-se pelos factos; — é nova traição que se premedita.

Temos cinco ministros, mas não temos ministerio. A rainha infringiu as regras na sua formação. Nenhum ministro combinou com os seus collegas, não ha programma, não ha pensamento commum. Ha uma circular do ministro do reino tão indicifavel em grammatica como em politica, é um verdadeiro amphyguri. Ha alguns maus procederes dos outros ministros. Ha um começo de perseguição mais feroz que a antecedente. Ha um requinte de crueldade e oppressão para com os presos. Ha uma devassa aberta no governo civil aonde se inquirem os prisioneiros de Setubal da qual resultam as prisões dos liberaes. Ha finalmente uma politica a mais cabralista que a do ministerio antecedente.

E não podia deixar de ser assim. Os dous ministros principaes eram os fautores e instigadores do ministerio Cabral. As medidas reaccionarias e liberticidas d'quella fatal administração tiveram n'elles decididos campeões. Pelo seu voto, pelo seu apoio foi o reino levado á crise em que se acha.

Mudaram cinco homens, mas a politica não mudou. Os agentes ou são os mesmos ou peiores. O despotismo é portanto o mesmo, e por isso peor — peor sim, por ser exercido pelos *parvenus* que pretendem sempre mostrar-se homens de estado pela violencia e brutalidade das suas providencias.

A paz com taes homens é impossivel; as condições com que no-la offerecem estão rotas e quebradas. A paz suppõe liberdade; e a liberdade quer garantias.

A mediação presuppõe como preliminares da paz um ministerio que não seja de Cabraes, nem dos homens de 6 d'outubro; nem dos seus adherentes; e este é tudo isso.

A mediação presuppõe em vigor a carta constitucional, em vigor as garantias que ella concede; e o ministerio suspende-as.

A mediação presuppõe uma eleição livre, e com os assassinos de Porto de Móz, de Vianã e de Alvarães não a póde haver.

A mediação presuppõe o esquecimento do passado, annullação de todos os actos irritantes, a soltura de todos os presos; e o ministerio actual continúa n'esses actos, e prende cidadãos com mnis força e violencia.

Faltam-nos pois as garantias de paz. Essas garantias hoje estão nos homens. A carta não nol-as dá; porque a carta existia em 6 de ou-

tubro quando a côrte nos declarou guerra. A garantia está nos principios, e os homens são sempre, mas principalmente nas revoluções, os que representam esses principios. A garantia, pois, da paz e da liberdade é a nomeação d'um ministerio popular.

A mediação não póde acceitar-se com outras condições. Não queremos salvar as nossas pessoas, queremos salvar as liberdades publicas, a honra nacional, os juramentos que prestamos de morrer pela causa da patria.

Acceitamos a mediação ficando-nos a liberdade. Se nol-a querem impôr, regeitamol-a. Desprezamos essas ameaças com que gente sem coração e sem cabeça nos quer intimidar; folgamos com essas alegrias dos boletins cabralistas que assoalham que o coronel Wilde nos intimára em Setubal para não combatermos; preferimos essa intimação á victoria da côrte por esse preço!!! E ha um portuguez, ha um bando que declara isto á face do mundo; que fraco e covarde se acouta á protecção estranha, e se apellida depois nacional para nos esmagar a nós que não temos senão as nossas convicções, e os nossos braços ao serviço d'ellas!

Se esse factio tivesse existido nós bradaríamos aos populares que não consentissem no seu campo um homem que assim fosse fazer de quadrilheiro, e que depois de se hospedar no paço depois de viver na côrte, ia espreitar o campo inimigo. Se esse homem fosse cavalheiro tiraria a sua espada e a poria ao serviço da côrte militando no exercito de Vinhaes, mas não andaria acubertado com a bandeira ingleza a intrometter-se nas nossas cousas sem missão que o auctorise, sem responsabilidade que se lhe possa impôr.

Mas cremos que não é assim, ainda que isso fóra mais honroso para nós; e apraz-nos esperar que o cibo regio não fará esquecer áquelle cavalheiro o que deve a si, e á sua patria que não approva nenhuma interferencia, e só tolera uma mediação honesta e em termos habeis. Esperamol-o; porque quando Saldanha, por ignorancia e velhacaria, attribuiu n'um officio áquelle commissario palavras que este não tinha proferido, o coronel Wilde exigiu immediatamente uma satisfação, que Saldanha logo deu, pedindo-lhe sómente que não a fizesse publica para lhe poupar a vergonha d'esta humilhação.

Quando o partido popular assim está superior em forças não é facil contental-o com sofisma. Não somos como a côrte que desprezava todo o accordo nos dias do seu imaginado triumpho, e que aceita propostas deshonoras nas horas da adversidade; não alteramos as nossas condições de paz, offerecemos as mesmas que offerecíamos quando começámos a guerra—garantias de liberdade, que consistem em não entregar a revolução aos inimigos d'ella.

A mediação hoje só tem por objecto salvar o throno compromettido, e nada mais. A isso

é que tende a diplomacia, a isso é pelo menos que ella deve tender. Não cremos que faça outra cousa porque não o póde nem o deve fazer. Temos por nós todo o mundo illustrado.

Só assim póde acabar a guerra. Desafiaram as paixões das massas, é preciso socegal-as; e feliz a côrte se dando garantias de fidelidade se puder salvar. Muitas dinastias se teem sumido por muito menos. São estes os votos da Europa, e para que os façamos bem conhecidos concluimos publicando alguns artigos da imprensa de Londres e Paris sobre o assumpto. A côrte verá que o *Espectro* ainda tem sido menos exigente que os seus collegas, e que o povo portuguez ainda pára áquem da méta aonde poderia chegar. Agradeça-nos esta moderação, e envergonhe-se de tanta malquerença, de tanto rancor como o que tem desenvolvido.

Diz o *Times* de 27 de abril:

«Antes da chegada do vapor *Sidon* a Lisboa o aspecto dos negocios era tão ameaçador que o conde do Tojal declarou que a segurança pessoal da rainha e a tranquillidade da cidade podiam d'um momento para o outro ser compromettidas; e n'estas circumstancias pediu ao almirante Parker, ao coronel Wilde, e a sir Hamilton Seymour que a soccorressem. Estes officiaes concordaram em dar protecção á pessoa da rainha e á propriedade britannica. As instrucções levadas pelo *Sidon* habilitaram sir Hamilton Seymour a offerecer a sua mediação á rainha d'uma maneira mais directa. A côrte objectou á immediata convocação das côrtes, e pediu á Inglaterra modificação n'este artigo das condições. Se isto assim é a rainha despreza as vantagens que podia colher do arranjo prompto dos seus negocios resistindo a uma concessão indispensavel. Dietz resolveu-se a deixar o palacio das Necessidades, aonde tinha representado um papel desgraçado para elle e para a real familia. Na verdade é tão miseravel a condicção de seus reaes amos que se diz ser uma das razões de o conservarem no seu serviço o não poderem presentemente pagar-lhe as suas soldadas atrazadas!!!

«A asserção do *Journal des Debats* que o governo de França, Hespanha e Inglaterra tem decidido dar á rainha de Portugal uma cooperação effectiva sobre a base da quadrupla alliança não é exacta; pois nada tem sido mais claramente estabelecido pelo governo britannico do que «o tratado da quadrupla alliança não tem nada com as presentes dissensões em Portugal sem que D. Miguel dispute de novo a corôa de D. Maria.»

O *Daily News* de 19 do mesmo mez diz:

«A rainha de Portugal em logar de attender á representação do nosso ministro n'aquella côrte, desprezou-a, e mandou no porão d'um navio para as costas d'Africa os prisioneiros por quem nós intercedíamos. A victoria comtudo durou pouco, e D. Maria, que era n'aquella

tempo mais despotica e mais cruel para os seus subditos, e mais insultante para o seu alliado inglez, viu-se d'ahi a poucos mezes reduzida á extremidade, e como é do costume em taes casos procurou soccorro inglez. Houve uma promessa d'este soccorro até certo ponto. Esperamos que seja só para salvar a pessoa da rainha, mas nunca para defender ou sustentar o seu throno; porque isso seria sancionar a assumção do poder dictatorial, e a resolução, confessada n'uma proclamação, de reinar sem côrtes ou constituição. Tal acto da nossa parte produziria o effeito de tirar as armas das mãos dos constitucionaes portuguezes. A sua coragem e constancia abandonal-os-hia. A sua libertação seria impossivel se se lhes oppozessem as armas da Inglaterra. E não lhes restaria senão entregarem-se á terna clemencia d'uma rainha que infallivelmente os transportaria para Angola, ou para algum deserto africano — mais cruel que Fernando VII, o qual se deportava liberaes para os presidios d'Africa, escolhia ao menos as estações mais saudaveis do Mediterraneo.

«Se assim fosse não só os liberaes, mas a propria rainha se deveriam queixar do procedimento vacilante e mysterioso da Grã-Bretanha. Se tivessemos determinado ha mais tempo que não se resistisse ao poder despotico da rainha, que nenhuma insurreição a favor dos direitos constitucionaes vingaria contra o direito divino da rainha teriamos poupado mezes de guerra civil, muito sangue, e proscricção. Se a rainha de Portugal ha de ser o *hospedar* feminino que a Inglaterra, imitando a Russia sobre o Danubio, ha de sustentar em todas as usurpações sobre a liberdade dos seus subditos, ou a quem havemos de garantir das consequencias d'ellas, então era melhor dizer por uma vez aos constitucionaes portuguezes que não só não contassem mais com a nossa protecção, mas que os esmagariamos, proscreveriamos e desembarcariamos nossos marinheiros para os derrotar.

«Tal declaração d'uma potencia como a Inglaterra provavelmente reconciliaria os portuguezes com alguma grande escravidão. Só se admiraria porque rasão D. Miguel tinha sido expulso; pois se o despotismo deve ser a lei, e o throno despotico sacrosanto, seguramente D. Miguel é tão bom occupante como D. Maria.»

O *Commerce* de Paris de 26 diz:

«Não podemos deixar de nos congratular com Portugal pela decisão que está a ponto de ir pôr fim á sua desastrosa agitação. Comtudo alguma coisa mais que o bem estar material do povo preocupa o nosso espirito, é a sua liberdade politica. Receiamos que esta liberdade, pela qual Portugal tem feito tantos sacrificios fique comprometida n'um arranjo, ao qual o partido da rainha se limita a revogar os actos crimino-

sos que lhe causaram tão humilhante e tão justa derrota. Quem ha de garantir de novo a carta, as côrtes, as instituições constitucionaes contra uma côrte absolutista, cuja má vontade, sempre constante, será exasperada pelo resentimento causado pela necessidade de acceitar uma composição forçada? Se as tres potencias que estão a ponto de interferir em Portugal cogitam sómente de livrar a rainha da sorte que ella mesma provocou, e de a defender contra a victoria de seus adversarios, a causa constitucional não aproveitará mesmo n'aquelle desditoso paiz os sacrificios que tem custado, e ficará como estava antes do ministerio Saldanha—n'um estado de ameaça e incertesa. Ainda mais — a guerra tem muitas vezes por justiça o castigo dos conquistados. Que merece um poder culpado de ter interrompido todas as relações da vida civil no paiz? A realza foi ali estabelecida por um povo revoltado e por tres potencias para governar constitucionalmente. Esta realza foi accommettida não sei por que sonho de dominação politica, e para realizar este sonho, esquece as mais sagradas promessas, todas as condições do seu estabelecimento e da sua existencia, e constringe todo um povo a lançar-se para defeza propria nos horrores d'uma guerra geral. Perguntamos—podem tantos males, um só dos quaes é bastante para constituir um criminoso ordinario, ser commettidos pela realza sem ella ser cumplice n'este crime moral? Se as tres potencias restabelecerem D. Maria em Portugal, receiamos que este restabelecimento seja só a consagração da impunidade n'uma ordem de cousas em que essa impunidade é mais perigosamente escandalosa — no exercicio do poder publico. Mas as velhas e remendadas dominações da Europa tem vertigem — não calculam, e com rasão, sobre o poder moral — imaginam que estão salvas quando tem por um momento a garantia da força material.»

Os nossos receios são como os da imprensa estrangeira; e para que elles não se realizem é que o povo não largará as armas sem garantias seguras de que as promessas da côrte serão cumpridas com lealdade.

Á ULTIMA HORA

Tivemos cartas e folhas do Porto até 29. Confirma-se a noticia do pronunciamento da corveta *Oito de Julho*. A guerrilha do miguelista Marcelino foi batida, e elle feito prisioneiro; e do padre João do Cano dispersou. Povoas estava na Régoa com uma divisão de 4 mil homens para passar o Douro — Traz-os-Montes está na obediencia da junta do Porto.

No numero seguinte daremos noticias mais circumstanciadas.